

# O fenômeno Obama: a promessa de um paradigma microrrevolucionário de justiça reconstituente na América multirracial<sup>1\*</sup>

John H. Stanfield, II

*Aplicando Kuhn e Toulmin*

No início da década de 1960, o então professor de História da Ciência do Instituto Tecnológico de Massachusetts, Thomas Kuhn, publicou um breve documento de planejamento para um curso de pesquisa que, superando seu objetivo inicial, transformou dramaticamente a escrita da História e a análise científica social no campo da História da Ciência. Concretamente, *A estrutura das revoluções científicas* influenciou historiadores e cientistas sociais, mudando radicalmente os estudos sobre o surgimento e a transformação de idéias científicas. A inesperada e ampla receptividade da referida obra em universidades americanas e de outras partes do mundo é certamente um exemplo claro do quão frequentemente a não intencionalidade, a ausência de expectativas e, algumas vezes, a própria incerteza são importantes elementos através dos quais os discursos e as controvérsias acadêmicas se inauguram e evoluem.

A tese de Kuhn viria encorajar uma ruptura com a tendência corrente nos estudos históricos da ciência a considerar as origens, a popularidade, marginalidade e declínio das idéias científicas como produtos naturais da racionalidade e da lógica; além disso, propunha uma guinada no sentido de compreender as idéias científicas e suas transformações como produtos dos construtos humanos chamados paradigmas. Para Kuhn, os paradigmas seriam normas, procedimentos, valores e tradições, não apenas conscientes, mas inquestionados, entre os quais uma comunidade científica particular é socializada e os quais adota como mapa cognitivo. Inserido na linguagem especulativa e em outras tradições de uma comunidade científica, tal mapa cognitivo cumpriria harmonicamente sua função, até que algum tipo de irregularidade estranha à competência dos mecanismos inerentes ao paradigma se apresentasse. Após enfrentar muita controvérsia e competição, através de uma mudança revolucionária, o antigo paradigma seria substituído por um novo capaz de processar os temas que seu antecessor falhou em explicar.

---

<sup>1</sup> Palestra pública, 17 de abril de 2008, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. O doutor John H. Stanfield, II é professor-convidado da PUC-Rio, ocupa a cátedra Fulbright em Estudos Americanos e é Professor de Estudos Afro-americanos, Estudos da Diáspora Africana e Sociologia na Universidade de Indiana, Bloomington, EUA.

Ao longo dos anos que se seguiram à publicação da obra, as críticas a diferentes aspectos da tese de Kuhn, entre eles o conceito de revolução científica, não foram poucas. O filósofo social Stephen Toulmin foi um dos primeiros a questionar as idéias de Kuhn no começo da década de 1970. Em seu livro *Human Understanding, Volume 1*, Toulmin argumenta que não se trataria de uma ruptura clara entre velhos e novos paradigmas científicos; mas, em lugar disso, uma transformação gradual que envolveria o cruzamento, e até mesmo a mutação, de velhas e novas idéias na formação daquilo que viria a se configurar como um novo paradigma. Ou seja, o que se daria, segundo a análise de Toulmin, seriam microrrevoluções, e não revoluções completas através das quais, com a passagem do tempo, as novas idéias certamente chegariam a dominar as antigas; as velhas idéias permaneceriam ocultas e em processo de mutação sintética com as novas. Um bom exemplo de tal dinâmica seria a trajetória da Física Atômica registrada por historiadores – uma vez que a Física Atômica de Einstein não realizou uma ruptura absoluta em relação à Física newtoniana, como pretende a adesão continua à crença sagrada da Física no átomo. Um processo semelhante é descrito por David Harvey, quando este discorre sobre o quanto o pensamento neo-marxista, apesar de se apresentar como uma alternativa aos paradigmas funcionalista e evolucionista na cultura americana das ciências sociais urbanas, possui em algumas de suas vertentes a tendência à adoção de alguns dos elementos mais conservadores do funcionalismo e do evolucionismo. Em suas considerações sobre os filósofos iluministas do século XVIII, o historiador Carl Becker há muitos anos observou que tais personagens, pintados pelo senso comum como figuras que se livraram do controle da Igreja ao aderir à epistemologia das ciências positivistas e a seus valores seculares libertadores, foram, na verdade, homens de seu tempo. Inseridos na cultura teocrática que os criou, os filósofos iluministas que proclamaram a aurora de uma era regida pela razão humana não fizeram senão substituir a divindade do Deus da Igreja pela divindade da ciência na sociedade.

Não seria de se estranhar que os conceitos de paradigma, de crise paradigmática e de revolução paradigmática de Kuhn e o conceito de microrrevolução desenvolvido por Toulmin fossem aplicados ao processo através do qual aprendemos e transformamos nossas suposições, hipóteses, crenças, atitudes cotidianas e nossas vidas. Somos resultado de uma socialização a qual somos submetidos a partir do momento do nascimento – ou até mesmo antes disso, como defendem pesquisadores que atuam na área de desenvolvimento infantil. Tal socialização é permeada por paradigmas, ela é guiada pelo mapa cognitivo que orienta as instituições responsáveis por nossa educação; tais como a família, a religião, as associações comunitárias, a escola, a mídia, o governo e outras agências socializadoras significativas que nos rodeiam. Embora apreciemos estabelecer uma separação do desenvolvimento humano em amplos blocos cronológicos – tais como primitivo, moderno e pós-moderno –, não somos senão o resultado do cruzamento destas três eras; somos po-

vos ocidentais, ocidentalizados, orientais e orientalizados, do nascente século XXI, altamente dependentes de nossa localização geográfica. Imagino que o mesmo se dê quando pensamos em termos de séculos. Apesar de gostarmos de proclamar que somos povos pós-modernos do princípio do século XXI – ao menos aqueles dentre nós que vivem em centros urbanos de nações ocidentais e orientais –, em muitos sentidos e em algumas circunstâncias e situações específicas não somente nosso comportamento revela traços claros de continuidade em relação ao século XX, do qual ainda estamos muito próximos cronologicamente, mas encontra correspondência com a vida em séculos muito mais remotos. Uma visita à igreja numa manhã de domingo, quando somos convidados a participar de rituais de uma instituição que remonta ao século III d.C., pode ajudar a esclarecer meu ponto.

Levando em consideração essas observações, devemos admitir que ao lançarmos mão do conceito de raça revelamos estar mais próximos de uma mentalidade própria do século XIX do que a princípio poderíamos imaginar. Muito embora não possamos deixar de reconhecer que já no princípio do século XIX, e mesmo antes disso, vezes se levantaram contra a idéia de raça como um instrumento desumano utilizado para apoiar sentimentos de superioridade e justificar a exploração, a escravidão e o extermínio, o conceito e suas implicações continuaram a se enraizar e se perpetuaram por gerações. Mesmo que, ao longo dos últimos 60 anos, respeitados cientistas sociais e estudiosos da vida tenham produzido evidências claras de que o conceito de raça é um mito responsável por criar uma sociedade desumanizada, onde a dignidade e a integridade humanas são usurpadas e pervertidas por membros de todas as suas camadas, a idéia de raça continua presente nos nossos paradigmas cotidianos. Em algumas áreas de estudo, tais como a teoria pós-moderna e a teoria da identidade, que essencializam as etnicidades, tornou-se inclusive aceitável nos categorizar como pessoas de cor (*people of color*) – seja lá o que isto queira dizer –, como um meio de celebrar e incorporar algo que é, em grande medida, desumanizador; já que positivamente ou negativamente essa idéia baseia-se no pressuposto de que pessoas de aparência física semelhante compartilham os mesmos traços culturais, as mesmas habilidades intelectuais e outras qualidades humanas que tendem a ser mais aleatórias em populações e sociedades do que aspectos fixos em categorias construídas. Tal modo desumano de supor, presumir, pensar e agir se tornou uma obsessão compulsiva em sociedades multirraciais nas quais se investe muita energia em especulações a respeito do que as pessoas são para que se possa agir de acordo.

O conceito de raça tem se mostrado extremamente lucrativo, tanto em termos emocionais, quando em termos econômicos e políticos. Ele tem auxiliado nas escolhas e decisões de como agir para determinar as posições sociais e as habilidades, não importando a arbitrariedade dos critérios aplicados. As vantagens econômicas e políticas são tamanhas que nossas pressuposições paradigmáticas cotidianas sobre a verdade do conceito de raça

permanecem intactas. Este tem sido o caso nos Estados Unidos até muito recentemente, mais precisamente até as últimas décadas. O surgimento de Barak Obama e a surpreendente recepção que sua candidatura encontrou entre eleitores americanos, entre a mídia, líderes políticos e líderes de mercado muito nos diz sobre a microrrevolução que durante muitas décadas foi vedada ao *mainstream* americano – que ainda oculta muitas das antigas crenças. Isso demonstra que, seja no campo da ciência, da cultura pública ou nas histórias de vidas pessoais, os paradigmas microrrevolucionários muitas vezes se estabelecem a partir da própria aceitação gradual de idéias, costumes, normas, valores, pontos de vista e emoções; antes excluídos, gradualmente marginalizados, até que com o passar do tempo são aceitos pelo *mainstream* como consequência da cristalização das condições sociais que formam o paradigma microrrevolucionário. Afinal de contas, durante séculos, o próprio conceito de evolução figurou como um paradigma microrrevolucionário duramente reprimido pelo poder da Igreja; até que no final do século XIX triunfou através da obra de Charles Darwin, *A origem das espécies*, como consequência do declínio da autoridade da Igreja, da urbanização industrial e do surgimento de uma elite econômica secular norte-americana muito mais disposta a abraçar a interpretação social do paradigma evolucionista do que seus equivalentes europeus.

Seja lá qual for o desfecho da candidatura de Obama – seja ele eleito ou não, consiga ele atravessar a Convenção Democrática Nacional ou não – acredito que sua presença já simbolize, em si mesma, um paradigma microrrevolucionário que começa a se infiltrar no *mainstream* da sociedade norte-americana. Este é um paradigma de justiça reconstituente, que apenas alguém com as qualidades demográficas de Obama e com a sua biografia poderia articular neste momento da história norte-americana. Mesmo que não chegue necessariamente a se eleger ou a vencer a indicação, mas cumpra apenas o papel de catalisador, Obama terá sido a figura pública que mais contribuiu para a instauração de um modelo reconstituente de justiça na sociedade americana. Esse modelo reconhece a mácula desumanizadora deixada pela idéia de raça e seu potencial distrativo e destrutivo quando o objetivo é reunir pessoas de diferentes ascendências e contextos sociais em torno de desafios comuns da vida cotidiana.

*O que é justiça reconstituente?*

Justiça reconstituente é a recuperação de nossa humanidade. Ela foi popularizada como política pública nacional nos primeiros anos da década de 1990 através do trabalho *Truth and Reconciliation Commission*, do bispo Desmond Tutu, durante a primeira fase do governo de maioria negra na África do Sul do pós-*apartheid*. Contudo, fundamentalmente, justiça reconstituente é uma prática social e comunitária ancestral aplicada pelos mais diversos grupos indígenas ao redor do mundo como meio de res-

taurar a dignidade humana após a experiência de algum episódio traumático, tal como assassinato, roubo ou guerra.

A justiça reconstituente, como processo de recuperação da humanidade através da transparência e da autenticidade, tem sido um objeto de análise muito explorado nos últimos anos, figurando como possível alternativa para a política pública em regiões do mundo tais como a Europa Oriental e a África Central e Oriental, palcos recentes de genocídios em massa. Tal literatura emergente tem se dedicado a explorar a justiça reconstituente como uma política pública, mas ousou acrescentar que ela também implica um modo de vida; já que o processo de humanização é visto como enraizado na suposição de que um evento de massacre humano – seja um genocídio, seja a prática de escravidão ou qualquer ato de violência em massa baseado em critérios econômicos, étnicos, raciais, religiosos ou de gênero – resulta na desumanização de toda a comunidade, de toda a sociedade envolvida. Tais episódios e sistemas terríveis desumanizam, tanto os perpetradores, quanto as suas vítimas. Assim, a estrutura da justiça reconstituente abrange, tanto aqueles que cometeram os atos de violência, quanto aqueles que foram alvo dos ataques. Conseqüentemente, o intenso e doloroso processo de justiça reconstituente envolve, primeiramente, um diálogo em que perpetradores e vítimas se revezam na articulação das memórias dos eventos ocorridos. O segundo passo exige que todos confessem que tiveram, de uma maneira ou de outra, alguma participação nos terríveis acontecimentos; em seguida, é preciso que cada um assuma sua parte de responsabilidade e peça perdão, para que se consiga ao menos criar as possibilidades para uma coabitação pacífica; o estágio seguinte envolve que cada uma das partes seja ressarcida de seus bens simbólicos, tais como nomes, e de seus bens materiais, tais como terras, que representam a dignidade humana; só então será possível dar início a um novo modo de vida sustentado por novos sistemas e novos círculos sociais capazes de garantir a confirmação contínua da humanidade daqueles a quem um dia foi vedado tal atributo. O intenso processo de recuperação da humanidade de uma população exige uma carga de humildade e transparência que fazem da justiça reconstituente um projeto difícil de se realizar, algo delicado de se implementar, tanto na vida cotidiana, quanto como política pública, especialmente em sociedades baseadas na cultura da retribuição e na cultura da culpa, que não valorizam a auto-reflexão ou a responsabilidade. Portanto, não é de se surpreender que, fora no campo da justiça criminal, praticamente não se mencione a justiça reconstituente como uma alternativa viável para a política pública nos Estados Unidos. O mesmo pode ser dito a respeito de várias outras sociedades que experimentam grandes dificuldades em se conscientizar e trabalhar a dor de erros passados que violaram a dignidade de uma determinada população e desumanizaram todos os membros da sociedade.

É justamente isso que faz do ano eleitoral de 2008 um momento tão fascinante e historicamente interessante, tanto para a política, quanto para a cultura norte-americana. Este momento é, em muitos sentidos, um divisor de águas dentro de uma sociedade que se engaja involuntariamente num experimento social de justiça reconstituente (que já havia feito algumas aparições discretas na paisagem social desde o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e mesmo antes disso, durante o período colonial norte-americano). As eleições primárias de 2008 já entraram para a história norte-americana como a temporada política mais diversificada que o país jamais testemunhou. O cargo de presidente dos Estados Unidos, o maior prêmio da política norte-americana e internacional – historicamente restrito a homens brancos, afortunados, casados uma ou duas vezes (desde Reagan), protestantes ou católicos (desde de Kennedy) – passou a ser disputado por candidatos representantes de populações tradicionalmente excluídas ou marginalizadas. A idéia de que um mórmon, uma pessoa casada pela segunda vez, uma mulher ou um negro fossem levados a sério como candidatos à presidência dos Estados Unidos, seja como representante do Partido Democrático ou Republicano, era, até hoje, no mínimo, uma fantasia para escritores de ficção ou para a imaginação de produtores de cinema. Porém, em 2008, isto está de fato acontecendo. Não importa o candidato que se eleger em novembro de 2008, o presidente a ocupar a Casa Branca a partir de então desafiará as idéias convencionais a respeito da imagem e das funções culturais do líder da nação norte-americana. Uma das inovações proporcionadas pelo perfil dos candidatos que participam da corrida eleitoral norte-americana de 2008 é a possibilidade de o país eleger um presidente que não pense a questão da raça em termos convencionais – não apenas por praticar um discurso público politicamente correto capaz de camuflar o preconceito racial, mas por cultivar crenças derivadas de sistemas de valores construídos através de experiências dolorosas que capacitam um indivíduo a compreender a humanidade do outro e, com isso, a sua própria.

Como candidato republicano temos John McCain, um homem branco, visto como um dissidente que perdeu seu senso de superioridade de gênero e sua noção de privilégio social, apesar de fazer parte de uma linhagem de militares e ter vivido como prisioneiro de guerra torturado e atormentado por cinco anos e meio no Vietnã. A experiência vivida pelo candidato pode ser considerada como um tipo de morte social da qual ele foi capaz de ressuscitar; essa morte é de tal maneira traumática para um ser humano que após vivê-la ele se torna imune a qualquer dor e talvez mais capaz de ser ele mesmo. Como se sabe, em muitas ocasiões McCain discordou do seu partido a respeito de temas como a reforma de financiamento de campanha, a indústria do tabaco e a guerra do Iraque, que ele não deixa de apoiar, porém em outros sentidos. Pouco tempo depois de McCain ter garantido um número suficiente de delegados que apoiassem a sua indicação, o *Wall Street Journal*

relembrou a seus leitores que o candidato até pode ser republicano, mas não foi sempre que se aliou ao mercado como tradicionalmente o fazem os candidatos republicanos à presidência dos Estados Unidos. A agenda social de McCain desperta a desconfiança de setores evangélicos e conservadores do Partido Republicano. Um tema que ainda não foi plenamente explorado pela imprensa é a visão de McCain a propósito da questão da raça. O candidato se posiciona a favor das ações afirmativas, apesar de não apoiar o sistema de cotas. Além disso, em 1990 McCain e sua esposa adotaram uma criança de pele escura de Bangladesh. Embora muito se fale a respeito da contribuição financeira que McCain recebeu de sua esposa e sua família durante o lançamento de sua carreira política, o povo norte-americano parece ignorar que a corporação que produz a riqueza da esposa de McCain é conhecida nos círculos de negócios como campeã na implementação de políticas de inclusão e de diversidade. Para aqueles que ainda não visitaram o *website* da campanha de John McCain para presidente, recomendo que o façam e que não deixem de ler o discurso pronunciado pelo candidato por ocasião do 40º aniversário de morte de Martin Luther King. É muito curioso constatar que suas palavras de irrevogável admiração por King não foram publicadas por uma mídia que tem muito mais dificuldades em lidar com um homem branco, do que com uma mulher branca ou uma pessoa negra, independentemente de seu gênero, que ouse tratar diretamente o tema da raça – até o ponto de se desculpar publicamente por no passado ter votado contra a criação de um feriado nacional em homenagem ao aniversário de King. É preciso também levar em consideração que um dos candidatos ao posto de vice-presidente de McCain é uma mulher, a Secretária de Estado Condoleezza Rice, a quem em mais de uma ocasião o candidato se referiu como “uma grande americana”, não demonstrando qualquer objeção a sua indicação ao cargo.

A visão progressista de Bill Clinton a respeito da questão da raça remonta a suas experiências de infância e adolescência, quando conviveu com os afro-americanos de Arkansas. Muito antes de conhecer Clinton, Hillary já vinha desenvolvendo um sistema de valores que despertara nela muita empatia pelos negros. Provavelmente tudo começou durante sua infância, quando vivia em um lar confortável num bairro de classe média de Chicago e seu pai insistia em atravessar a região do *Southside*, predominantemente negra, para mostrar aos filhos como viviam os desprivilegiados da cidade. Durante seus anos universitários dedicados ao estudo de Direito, Hillary frequentou círculos sociais que integravam negros e brancos e que estimularam a formação de seu sistema de valores fortemente orientado pela questão da justiça. Conseqüentemente, a visão que tem das questões dos negros passa primeiramente por uma empatia e não pela simpatia que costuma inspirar o sentimento paternalista de muitos brancos progressistas. Portanto, quando se diz que Hillary possui uma verdadeira dedicação à causa negra, isso não deve ser interpretado no sentido tradicional de apoio político paternalista. Devo acrescentar que os fortes laços sentimentais que Clinton e Hillary já demonstraram ter com a comunidade negra

ainda estão por ser tornados públicos. Durante o mandato de Clinton como governador do Arkansas, por exemplo, ele e Hillary apoiaram um jovem afro-americano brilhante que pressentiram estar destinado ao cargo de primeiro governador negro do estado. Entre outras coisas, o jovem conquistou a maior pontuação no S.A.T.<sup>1</sup> do estado de Arkansas no ano em que concorreu. O casal Clinton financiou sua inscrição na universidade de Yale, onde o jovem teve um desempenho brilhante. Infelizmente, perto da época de sua formatura, ele sofreu um acidente automobilístico do qual não sobreviveu; sua morte foi uma perda que ainda causa dor a Hillary e Bill Clinton.

A gafe de Bill Clinton, que foi interpretada como um esforço de enfatizar o traço racial de Barak Obama durante as eleições primárias, e a demissão de Geraldine Ferro da equipe financeira da campanha de Hillary Clinton, devido às suas considerações insensíveis em matéria racial, podem ter afugentado os eleitores negros que não a conhecem pessoalmente. No entanto, não foram capazes de afastar aqueles que têm acompanhado a sua trajetória biográfica e, menos ainda, aqueles que de alguma forma já tiveram algum contato pessoal com a candidata. Enquanto isso, se a mídia já enfrentava problemas para lidar, no *mainstream* dos partidos políticos, com a presença de uma mulher como forte candidata à presidência, ela tem ainda mais dificuldade em lidar com uma mulher branca que possui um sistema de valores em que todas as pessoas são consideradas como seres humanos e não avaliadas como sendo superiores ou inferiores, segundo critérios raciais.

*Obama!!*

Neste cenário de mudança de maré cultural testemunhamos o surgimento inesperado e as conquistas extraordinárias na política norte-americana do senador do estado de Illinois, Barak Obama, que ainda não tinha nem sido eleito ao Senado quando proferiu seu emocionante discurso na Convenção Democrática de 2004. Esse discurso teria o poder de torná-lo nacionalmente célebre de uma maneira antes inimaginável na política norte-americana. Obama teria que esperar a sua vez para saber se chegaria a ter uma chance como candidato do Partido Democrata. “Se chegaria a ter uma chance” é uma expressão importante, já que na terminologia cultural norte-americana ele é um homem negro e até então ninguém poderia supor que as eleições de 2008 constituiriam o momento certo para um negro ser encarado como um forte candidato presidencial. Esse processo foi de certa forma similar à ascensão do líder do movimento pelos direitos civis dos negros em 1955, oriundo justamente de Montgomery, Alabama, o coração do violento e legalmente segregado extremo sul dos Estados Unidos. Talvez um jogador de pôquer, mas nunca alguém apostando em corridas de cavalos, investiria seu dinheiro na crença de que um movimento de direitos civis de influência regional, nacional e internacional aconteceria a

1 *Scholastic Aptitude Test*. Um teste de admissão a cursos superiores nos Estados Unidos (N.T.).

partir da emergência de um líder negro proveniente de uma família respeitável, mas nada prestigiosa nos círculos sociais de Atlanta, Geórgia; e que seria capaz de incitar um boicote de ônibus, apesar de nunca ter liderado nada tão grandioso antes de se tornar pastor de uma das igrejas mais elitizadas de Montgomery. Estou certamente falando de Martin Luther King, cuja ascensão como líder pegou a todos de surpresa: a mídia, as instituições negras e brancas, o governo estadual e federal e os especialistas acadêmicos.

### *A anomia norte-americana e o curandeiro cívico*

A ascensão do profeta secular Obama – como mais de um comentarista já caracterizou o candidato –, que atrai a atenção de um público cada vez maior e mais ávido por ouvi-lo discursar sobre o caminho da mudança, é um fenômeno que se deve a vários fatores. O mais importante deles está mais ligado a aspectos históricos e culturais do que propriamente raciais: Obama possui a mensagem para ouvidos ansiosos e corações empolgados, que desejam e sonham com a mudança que irá restabelecer a esperança e a fé em uma sociedade que está vivendo uma profunda crise cívica e um declínio de prestígio internacional. Os enormes problemas de qualidade de vida nos Estados Unidos, que atingem membros de todas as classes sociais, ancestralidades e gêneros, estão unindo o país em torno de um desespero e de uma tristeza cada vez mais profundos. Entre os principais destes problemas estão o endividamento pessoal descontrolado, o crescente custo da assistência médica, a educação, a habitação, o desemprego em massa e outros problemas de mobilidade social, a perda de indústrias no exterior e os efeitos domésticos negativos da guerra no Iraque. Esse laço de tristeza e desespero é anestesiado por uma mídia *mainstream* de massa. Tal mídia está mais dedicada a informar seu público sobre os últimos acontecimentos envolvendo Brittany Spears e sua irmã grávida ou mais interessada em focar sobre o último convidado do programa de Oprah Winfrey, do que alertar ouvintes, leitores e telespectadores norte-americanos a respeito do que está de fato acontecendo a seu redor e com os outros ao redor do mundo.

Desencontros geracionais são um lugar-comum de todas as sociedades. Contudo, nos Estados Unidos dos dias de hoje a distância entre a geração *baby-boom*, norte-americanos com idade entre 48 e 63 anos, e seus filhos e netos inseridos na multiculturalidade do hip hop e do My Space, é praticamente a de um profundo e gélido oceano. Se pensarmos nos tropeços dos líderes *baby-boom* que começaram sua ascensão ao poder no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 – como o escândalo da Enro, o escândalo Clinton-Lewinsky, os escândalos envolvendo a ciência e a religião, a construção de complexos carcerários gigantes sem programas de reabilitação para ex-detentos, a aparente falta de recursos para oferecer escolas de qualidade, o encarecimento da educação universitária, a negligência em relação à criança e à família e todos os problemas ligados à qualidade

de vida acima citados – não nos surpreendemos com a desilusão de tantos jovens norte-americanos. Essa desesperança está expressa no aumento dos índices de suicídio, dos casos de homicídio e de doenças nervosas entre jovens, além de tantos outros indicadores trágicos do crescente abismo entre jovens e adultos. O problema da lacuna geracional nos Estados Unidos é certamente um sintoma da crise da cultura cívica de base nas comunidades residenciais e nos setores da vida pública; questão que vem sendo abordada nos últimos anos por estudiosos como Robert Putnam, que analisa o tema em *Bowling Alone*. Nosso sentimento de pertencimento cívico e social foi substituído pela sensação de estarmos vivendo entre estranhos, mesmo quando estamos entre nossos filhos e cônjuges. Quanto a nossos vizinhos, já nem os conhecemos mais. O medo, a desconfiança e o cinismo social substituíram as normas de confiança, lealdade e otimismo em uma sociedade de consumo excessivo. Dentro do mesmo espírito do que foi observado pelo sociólogo Emile Durkheim no final do século XIX, a crise e a fragmentação de reguladores morais tradicionais – tais como a família, as comunidades religiosas, o sistema de educação e a mídia – lançaram muitos, se não a maioria, dos norte-americanos num profundo abismo de anomia, deixando-os num estado de desenraizamento social, de crise de identidade em massa, de perda de objetivos pessoais e de intenções sociais.

Cronologicamente, Obama é o líder inspirador aguardado por longa data, tanto por uma geração de jovens norte-americanos alienados quanto por progressistas mais velhos altamente frustrados. Seu surgimento é extremamente bem-vindo num momento em que começamos a mergulhar num estado de falta de coesão gerado pela polarização, pela decadência de prestígio internacional e pela inabilidade de comunicação; num país onde se fala muito dos outros, para os outros, mas muito pouco com os outros, que precisa aprender a se comunicar com seus aliados, com seus concorrentes e inimigos, de maneira a acompanhar os acontecimentos do nascente século XXI.

Enquanto seus concorrentes podem se gabar do fato de terem mais experiência na arena política doméstica e internacional, Obama oferece uma cura cívica; potencial este que reverbera na atuação das pessoas de experiência e poder político que o apoiam publicamente. Caso seja eleito, Obama terá como desafio desempenhar seu papel com a mesma maestria que o fizeram os outros presidentes inspiradores que os Estados Unidos elegeram em períodos de crise nacional: em tempos de desunião social, como o momento em que governou Abraham Lincoln, no limiar da Guerra Civil norte-americana; ou como no caso da era Franklin D. Roosevelt, em que o presidente liderou o país em meio à Grande Depressão; ou ainda como o fez John F. Kennedy durante a Guerra Fria; todos líderes que mostraram ter o dom de se cercar de uma equipe experiente, confiável e com alta capacidade para a implementação de sua visão política.

Isso explica a popularidade de Obama, porque um número tão grande de norte-americanos de vários estados do país está correndo para as urnas para votar no candidato. Não

apenas os jovens e negros são conquistados pela sua crença na mudança, sua confiança de que podemos nos curar civicamente se mudarmos nosso próprio comportamento, mas também os membros das elites de ambos partidos políticos falam da cura cívica em suas crescentes manifestações públicas de apoio a Obama. Não são somente os membros de famílias norte-americanas politicamente influentes, como a filha do presidente democrata John F. Kennedy ou a neta do presidente republicano Dwight D. Eisenhower, que se tornaram discípulos da simbologia de cura cívica de Obama, mas, para a surpresa da mídia, milhares ou talvez milhões de norte-americanos de origem muito mais humilde estão apostando nesta emergente idéia cultural que terá um profundo impacto na política e na cultura norte-americana – independentemente dos resultados das convenções dos partidos deste verão e da eleição nacional de novembro. Porém, além do momento específico da nação norte-americana favorecer a exaltação em massa de um líder com as qualidades de Obama, o ser humano ele mesmo personifica de maneira incrível as complexidades, os paradoxos e as contradições da sociedade norte-americana e sua necessidade de restaurar velhas pontes e construir novas, tanto no que diz respeito à vida domésticas do país quanto no que tange suas relações internacionais. Obama resgatou para a política aquilo que tem sido considerado e sentido como um toque pessoal dos presidentes norte-americanos. Abraham Lincoln, por exemplo, ficou conhecido como alguém capaz de conquistar seus inimigos políticos mais experientes quando confrontado com eles pessoalmente. Esse talento também lhe servia diante de uma multidão cínica, que vinha a princípio rir de sua figura estranha – um homem das montanhas, de uma região de fronteira no Illinois –, mas que depois de ouvir seu discurso a respeito do compromisso cívico ou sobre o processo de cura do país em meio a uma guerra civil não economizava aplausos.

Em uma sociedade altamente complexa e impessoal, em plena crise cívica e internacional, Obama figura como um possível presidente capaz de se relacionar com as necessidades básicas da população e de transformar o individualismo auto-centrado que passou a vigorar no país em cidadania cívica; qualidade esta que nenhum dos outros candidatos, seja do Partido Democrata ou Republicano, parece apresentar. Até muito recentemente, quanto mais uma mídia cínica tentava flagrar algum lapso de julgamento de Obama, mais ela era desencorajada por suas respostas autênticas, já que as idéias do candidato correspondem às suas atitudes cotidianas; isto é, ele não investe na propaganda de uma imagem pública contrária a seus valores pessoais. Devo abrir espaço para uma pequena digressão a propósito da semelhança entre a figura de Obama e a de Martin Luther King no que diz respeito ao interesse genuíno no bem-estar do povo; o líder do movimento pelos direitos civis dos negros não buscava glória pessoal, foi um homem que não alterou seu estilo de vida depois de se tornar uma celebridade: continuou a usar as mesmas roupas, a morar na mesma casa e a dirigir o mesmo carro dos tempos em que não era uma figura pública. Além disso, o dinheiro que recebeu com o Prêmio Nobel da Paz foi doado ao movimento que apoiava.

## A mãe

O extraordinário contexto de origem de Obama faz dele uma figura singular dentro da história dos negros na política nacional *mainstream* norte-americana, tanto em termos de suas origens demográficas, de sua história pessoal, quanto no que diz respeito a sua formação intelectual. É importante enfatizar a categoria “política nacional *mainstream*”, uma vez que, apesar dos afro-americanos terem marcado sua presença na arena política desde o final do século XVIII, mesmo aqueles que chegaram a ser levados a sério continuaram a ocupar lugares de *outsiders* – como líderes de movimentos, intelectuais públicos ou ainda políticos à margem do partido, como foi o caso de Jesse Jackson –, mas não chegaram a se transformar em candidatos seriamente apoiados no processo eleitoral.

Sua origem híbrida, filho de um africano do Quênia com uma mulher branca do Kansas que foi criado entre o Havá e a Indonésia, colocou Obama em ambientes e situações que o estimularam a desenvolver a capacidade de criar pontes para sobreviver. Dentro de sua própria família, que, segundo suas próprias palavras, mais parece as Nações Unidas, ele aprendeu muito cedo a considerar os indivíduos como pessoas dentro de um amplo espectro de personalidades, habilidades e caráter, ao invés de estabelecer pressupostos baseados em critérios tais como o tom de pele. Crescer num ambiente tão fora dos padrões, como um cidadão norte-americano de ascendência africana, fez com que Obama não tenha desenvolvido as fobias, os medos e o complexo de inferioridade que muitas vezes limitam, senão eliminam, a mobilidade dos negros, especialmente os de sexo masculino. Conseqüentemente, a sua segurança e suas habilidades interpessoais o permitiram realizar feitos nunca antes conquistados por um homem negro: tornar-se o primeiro editor da publicação *Law Review* de Harvard, o primeiro senador negro eleito no norte dos Estados Unidos e agora o primeiro candidato negro a ser considerado forte concorrente ao cargo de presidente do país. Lendo a história de sua carreira ficamos surpresos ao descobrir que, apesar de ser um homem de ambições que possui uma capacitação vocacional e intelectual historicamente reservada a elite branca, Obama construiu sua reputação dedicando o seu trabalho aos marginalizados e oprimidos, quando poderia ter se unido à elite branca convencional.

Para compreender a figura de Obama desta maneira, é preciso resgatar o papel de sua mãe em sua história de vida, já que o aspecto de sua biografia que costuma ser mais enfatizado, por ele mesmo, é a busca do candidato pelo pai africano que deixou a família nos primeiros anos de sua infância. A mensagem inspiradora de mudança transmitida por Obama, que captou a imaginação de tantas pessoas nos Estados Unidos e ao redor do mundo, é algo que o candidato herdou de Stanley Ann Obama, sua mãe branca do Kansas, uma mulher que cultivou muito a consciência de justiça reconstituente. Não se sabe muito a respeito de Stanley Ann Obama, uma vez que as memórias do candidato se dedi-

cam mais a narrar sua busca pelo pai africano do que a tratar da mãe que o criou. Stanley Ann já era antropóloga anos antes de receber seu título de doutorado pela Universidade do Havai, pouco antes de falecer em 1995 aos 52 anos, em Jacarta, Indonésia, onde atuava como agente da Fundação Ford no apoio ao fortalecimento político das populações tradicionais. Ela criou seus filhos no Havai e na Indonésia, duas sociedades extremamente plurais, ensinando-os a respeitar as pessoas como seres humanos, e cultivou em seu filho a admiração pelas suas origens africanas, estimulando-o também a manter-se aberto ao Outro. Essa perspectiva, que lhe foi transmitida por sua mãe, se faz presente nos discursos de Obama sobre a mudança, a união e o empoderamento civil. Foi no lar materno que o candidato aprendeu a tirar proveito de sua posição social privilegiada para dar assistência aos oprimidos e marginalizados.

### *Mudando as regras de mobilidade*

Algumas outras mudanças culturais presentes neste ano eleitoral tem se tornado visíveis nos discursos públicos em torno da estarrecedora presença de Barak Obama na política nacional. Em primeiro lugar, grande parte do apoio ao candidato tem vindo de jovens norte-americanos, não somente por ele possuir o dom único de atingir as novas gerações e compreender suas necessidades e desejos cívicos. Muitos destes jovens aliados brancos cresceram, ou gostariam de ter crescido, em bairros, salas de aula, centros comerciais e comunidades virtuais integradas. Seus gostos musicais e culturais, que incluem o rap e o hip hop tanto quanto o My Space, testemunham o fato desta geração pós-*baby-boom* ter se acostumado a ver pessoas negras poderosas na mídia, fora dos papéis estereotipados dos setores de esporte e lazer. Trata-se de uma geração que está crescendo numa sociedade em que a mobilidade social se tornou altamente imprevisível; em que não se pode mais determinar a origem do médico que nos atende nos postos de saúde, a origem do juiz diante do qual devemos nos apresentar, do professor que será responsável por nos avaliar, do padre a quem nos confessamos e que batiza nossos filhos, do presidente de uma corporação que tem o poder de nos contratar ou nos demitir, da pessoa que nos entrevista quando nos candidatamos a uma vaga de trabalho ou do policial que nos emite multas de trânsito.

No mundo dos negócios, é péssimo para as relações públicas funcionários que cometem calúnias raciais. Mesmo que aleguem ignorância, essas pessoas acabam por ser rebaixadas, transferidas ou demitidas de seus postos. Em outras palavras, os Estados Unidos não é mais uma sociedade em que categorias raciais podem ser usadas para definir claramente quem as pessoas são ou o que elas fazem na vida. Hoje em dia, alguém que ignore esse fato e cometa a ignorância de tecer qualquer comentário ofensivo que envolva o tom de pele do próximo corre o risco de ter graves problemas. Mais uma vez, num país em que a pluralidade cultural se tornou um grande negócio, vide o sucesso de Obama entre tantas

corporações comerciais, expressar intolerância é uma péssima publicidade. Mesmo que acontecimentos recentes tenham provado que o racismo está longe de ter sido extinto das mentes de pessoas de todas as faixas etárias, ele não mais encontra apoio entre os líderes dos setores institucionais chave. Os processos judiciais, a propaganda negativa e o risco de ofender pessoas negras detentoras de altos recursos financeiros têm levado à falência as formas declaradas de racismo; além de tornar cada vez mais ineficientes as tendências veladas de racismo numa sociedade e num mundo em mudança. Mesmo que muitos jovens norte-americanos já tenham se ajustado a esse mundo imprevisível – no qual não se conhece a origem das pessoas que têm o poder de determinar ou desestabilizar nossa mobilidade – cultivando círculos sociais e hábitos interculturais, muitos ainda não foram capazes de fazê-lo. Somente um novo tipo de líder político nacional pode ajudar tais pessoas a atravessar essa transição; alguém que, pela primeira vez na história norte-americana, entenda a necessidade de desracializar cotidianamente e de investir na solução de problemas comuns, no lugar de praticar um isolamento em agrupamentos raciais. Existe hoje uma necessidade de liderança política que saiba criar espaços seguros – em comunidades, em instituições educacionais e na mídia – onde se possa não apenas discutir a questão da raça, mas dialogar através dela, num trabalhoso processo de justiça reconstituente. Foi isso o que fez do histórico discurso de Obama sobre raça um momento tão importante, já que aquela era a primeira vez que um líder norte-americano, em pleno processo eleitoral, se dirigia para uma vasta porcentagem dos eleitores para tratar da necessidade de que a nação aprenda a pensar e a falar através da raça, para então destruir essa categoria distrativa e disfuncional que divide os norte-americanos e desvia a atenção do país dos problemas críticos de interesse comum.

Eu falo deste tema a partir da minha experiência de quase trinta anos como professor de cursos na área de raça e em uma universidade historicamente frequentada por brancos. Na instituição onde leciono atualmente – a Universidade de Indiana, Bloomington, onde apenas 1.500 dos 40.000 alunos são brancos – a grande maioria dos alunos inscritos em meu curso sobre estudos afro-americanos são estudantes brancos de pequenas cidades ao redor de Indiana, ou de algumas das principais áreas urbanas da região. O que tenho escutado destes alunos ao longo dos anos é a confissão de que se sentem ignorantes, de que não se consideram suficientemente informados a respeito do racismo, de que desconhecem completamente a história dos afro-americanos e outros povos negros e que possuem a consciência de que se querem traçar um caminho de sucesso devem antes corrigir essa deficiência.

Há casos de universidades norte-americanas frequentadas por brancos e não-brancos em que os alunos dirigiram petições à administração exigindo o aumento de professores não-brancos no corpo docente. Essa geração já sabiamente constatou que para se ter uma carreira de sucesso e um bom desempenho social neste mundo plural é fundamental que

se aprenda com professores de origens culturais diferentes. Esses jovens constataram que receber uma formação em um ambiente homogêneo, no qual o currículo, as exigências de títulos e as vagas para o corpo docente não incluem a experiência de profissionais não-brancos, pode ter conseqüências desastrosas para suas vidas no século XXI.

Portanto, a popularidade de Obama, tanto entre jovens norte-americanos quanto entre membros de uma geração mais velha de mentalidade progressista, é uma resposta ao sentimento de desenraizamento social e resultado da vida em uma sociedade que, apesar de ainda praticar disparidades raciais, está se tornando plural; onde a convivência com pessoas culturalmente diferentes, seja no âmbito residencial ou no espaço virtual, tornou-se parte da vida cotidiana.

### *O declínio da instituição tradicional negra*

Existe, ainda, uma outra mudança cultural simbolizada na presença de Obama, que é de alguma forma geracional quando se leva em consideração os norte-americanos mais jovens, mas que também produz um impacto coletivizador entre muitos *baby-boomers* e norte-americanos ainda mais velhos. Obama simboliza de maneira muito marcante mudanças na formação da identidade negra; mais do que isso, ele produz uma ruptura com a ideologia da identidade negra que tem imperado nos Estados Unidos desde o final da Guerra Civil em 1865. A população afro-descendente sempre foi, desde suas origens coloniais, altamente complexa e diversificada. Porém, nos Estados Unidos, assim como em outras sociedades multirraciais, a opressão e o privilégio racial funcionam produzindo mitos de uniformidade. Nos Estados Unidos, a mitologia tem duas camadas: uma primeira, que separa brancos e negros, e uma segunda, que expande a grande narrativa das raças em função do aumento de asiáticos e hispânicos no território nacional e do crescimento do poder político e econômico desta população. Não podemos deixar de mencionar a contínua marginalização e exclusão crônica das populações indígenas do *mainstream* da sociedade norte-americana e da cultura dominante.

Desde o fim da Guerra Civil norte-americana, a caricatura homogênea e dominante da identidade negra tem sido ilustrada por uma genealogia cujas raízes estariam na escravidão praticada no sul do país, que teria dado lugar a atividade agrícola exercida pelos afro-descendentes sob regime de arrendamento de lavouras de algodão; em seguida, esta população teria sido absorvida por um processo de urbanização economicamente excludente e opressivo, responsável por criar os chamados guetos. A escravidão, os arrendatários de lavouras de algodão e os grandes guetos urbanos do norte e do sul criaram uma ecologia favorável para o desenvolvimento e para a transmissão de uma cultura negra homogênea. Segundo esta caricatura, a prova decisiva capaz de determinar se um sujeito é ou não negro seria tentar encaixar sua história de vida, e aquela de sua família, dentro deste percurso,

que começa com os escravos, passa pelos agricultores de algodão e chega até os guetos urbanos – eventualmente, em raras ocasiões, pessoas negras livres também aparecem neste modelo. Ser capaz de se identificar com a “linguagem negra”, com “as crenças religiosas negras”, com os “estilos de gênero negros”, com a “música negra”, com os “valores negros”, e todos esses contextos ecológicos idealizados, tornou-se, ao longo do tempo, parte da prova cabal de pertencimento àquilo que E. Franklin Frazer conceitualizou nos anos 1950 como burguesia negra; e que eu prefiro caracterizar como instituição negra, algo que surgiu durante os anos seguintes à Guerra Civil norte-americana e que provavelmente deve ter atravessado inúmeras transformações geracionais, mas que continuou a adotar o citado critério de determinação de quem pode e quem não pode ser considerado negro.

Essa caricatura da identidade negra norte-americana – que inclui um histórico de escravidão, antepassados ligados ao cultivo de algodão no sul do país, contextos socio-econômicos desfavorecidos e a ocupação dos espaços urbanos denominados como guetos – também é freqüentemente adotada pela mídia, pelo público em geral e por acadêmicos. Contudo, a partir dos anos 1970 esta caricatura entrou em decadência, assim como a instituição que a sustenta. Certamente, a ascensão de Obama simboliza a erosão do poder nacional, da prestígio e da influência da liderança negra tradicional e das instituições ligadas a ela, tais como a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (*National Association for the Advancement of Colored People*), a Liga Urbana Nacional (*National Urban League*), setores universitários dos negros, fraternidades negras, mídia impressa negra, como o *Elbony*, e jornais de negros. A ascensão de Obama simboliza a decadência desta liderança negra por vários motivos, vou discutir brevemente dois deles.

A primeira destas razões é o crescimento do poder político e econômico de uma nova geração de imigrantes africanos e afro-descendentes oriundos de outras partes das Américas do Norte e do Sul – mas, especialmente, a conquista de poder dos africanos. Desde a liberalização das políticas de imigração dos africanos na década de 1960, os Estados Unidos tem experimentado um aumento radical na população de imigrantes africanos. A propósito, o crescimento demográfico de imigrantes africanos no país avaliado em 2000 concluiu que 20% do recente aumento da população negra se deve à imigração de africanos. Diferentemente de ondas de imigração africanas anteriores, a atual geração prefere desenvolver suas próprias bases de poder e manter suas identidades étnicas de origem, em vez de assimilar a história da população negra norte-americana. Em muitas escolas, do ensino fundamental ao ensino médio, e em muitos *campi* universitários, os alunos negros que apresentam os melhores desempenhos costumam ser imigrantes africanos e caribenhos, ou seus descendentes. Em diversas cidades ao redor do país, especialmente na Costa Leste, os imigrantes africanos têm realizado empreendimentos econômicos significativos se utilizando de sua própria rede comunitária étnica. Eles estão desenvolvendo

suas próprias comunidades de fé, independentemente das populações negras históricas. O fato de o islamismo ser a religião que mais cresce entre afro-descendentes nos Estados Unidos pode ser em parte explicado pelo fortalecimento da influência econômica e social exercida pelos imigrantes africanos. Uma vez que muitos imigrantes africanos preferem não ser identificados com a população negra histórica, e em muitas ocasiões são acusados de servirem como ferramenta do setor dominante para enfraquecer e caçar os direitos civis da população negra histórica, há muita tensão na relação entre imigrantes africanos e afro-americanos. Esse ressentimento foi certamente exibido quando a instituição negra e a mídia questionaram a negritude de Obama; já que sua história de vida como filho de um africano com uma mulher branca do Kansas, que cresceu entre o Havaí e a Indonésia, não corresponde às mínimas exigências da identidade negra estereotipada associada à escravidão e ao gueto. Porém, como já foi observado, considerando o crescimento marginal da liderança negra tradicional na política nacional, eles poderiam até criar um embaraço para Obama e torná-lo defensivo, mas não tinham influência política suficiente para impedi-lo de se tornar um possível candidato.

Essa inabilidade da instituição negra tradicional em se mobilizar contra Obama denuncia a decadência de seu poder político, que já vem se manifestando nos últimos 25 anos quando, por exemplo, ela falhou em bloquear a nomeação do conservador negro Clarete Tomas para o Supremo Tribunal norte-americano; quando não foi capaz de impedir a ascensão do conservador negro Word Concerne, peça-chave do lançamento de uma bem-sucedida campanha contra o movimento de ação afirmativa na Califórnia que ganhou uma dimensão nacional; ou, ainda, quando não foi bem-sucedida em impedir que universidades e empresas passassem a contabilizar imigrantes africanos em ações afirmativas. Os líderes da instituição negra, tais como aqueles do NAACP e Vero Jordana, o “melhor amigo negro” do presidente Bill Clinton, desconsideraram e até mal avaliaram o potencial da Marcha de um Milhão de Negros, organizada pelo líder muçulmano Lotais Fardara. Outros condenaram o hip hop, os movimentos de linguagem negra e as camadas baixas negras em geral.

Ao mesmo tempo que criticam ou esnobam as manifestações culturais de negros de classes populares, num sentido similar ao de seus correspondentes brancos, muitos líderes e cidadãos da elite negra têm vivenciado uma enorme crise de reprodução cultural; já que seus filhos e netos não estão procriando suficientemente; não estão apresentando um bom desempenho nas escolas e universidades; muitos deles não estão seguindo seus pais e avós em suas atividades comerciais étnicas, frequentando suas igrejas, associações civis ou se inscrevendo em universidades para negros. Tendo historicamente cometido o erro fatal de não desenvolver alianças com hispânicos e asiáticos em seus muitos movimentos e organizações pela justiça racial, a liderança da elite negra tem se tornado marginalizada e ineficiente na política nacional, estadual e local. Em contrapartida, os

hispânicos e asiáticos seguem crescendo dentro da política e da economia norte-americana, especialmente porque contam com uma porcentagem de eleitores maior do que aquela da população negra.

A segunda razão para o declínio da instituição negra simbolizada pelo surgimento de Obama é o fato do candidato representar a geração pós-*baby-boom* de afro-americanos que escapam à caricatura da identidade negra. Como muitos outros afro-americanos nascidos na década de 1960, e especialmente depois disso, Obama não frequentou escolas segregadas, de maioria rural negra, mas recebeu sua formação universitária em uma instituição de elite branca, investiu em carreiras majoritariamente desempenhadas por brancos, e deve, inclusive, morar num bairro residencial de maioria branca. Basta observar a composição demográfica de seu comitê de campanha nacional para se ter uma idéia. Obama não cresceu freqüentando uma igreja tradicional negra, o que seria paradoxalmente prejudicial para sua imagem, como vou explicitar brevemente.

As visões sociais moderadas e conservadoras desses afro-americanos de classes média e abastada (segundo a definição tradicional de Max Weber em termos de poder de compra) não são tão diferentes das visões que as classes médias brancas possuem a respeito da idéia de consumo, bem-estar social, controle de criminalidade, ação afirmativa e patriotismo. Apesar de possuir uma visão poderosa de mudança, não é de surpreender que Obama se mostre militarmente patriótico quando o tema tratado envolve as relações exteriores.

O que é importante notar a respeito desses novos afro-americanos de camadas médias é que eles não necessariamente rejeitam o fato de serem etnicamente negros, a julgar pelo entusiasmo com que apoiam os feriados nacionais negros – especialmente o Kwanza, que é um ritual africano criado pelos afro-americanos e celebrado durante a época de Natal. Muitos deles ainda pertencem a fraternidades negras, lêem literatura negra, se deslocam de suas residências no subúrbio para visitar igrejas negras em cidades do interior e até mesmo matriculam seus filhos em universidades negras para que não percam o contato com sua etnia, mas eles ainda assim ficam de fora da caricatura tradicional da identidade negra; e estão, com isso, desenvolvendo novos tipos de identidade étnica negra que precisam ser estudadas por nós cientistas sociais, que ainda caímos na velha armadilha da caricatura tradicional. Contudo, é preciso manter em mente que muitos jovens afro-americanos rejeitam a identidade negra étnica, especialmente pessoas de ascendência mista, com pais “negros” e “brancos”, que no passado seriam rotulados como negros, mas que diante do direito à escolha não optam por essa identificação. Esse é o caso, principalmente, daqueles que possuem recursos financeiros, como o jogador de golfe Tiger Woods, de herança afro-americana e tailandesa, que, para horror da instituição negra, não se auto-denomina como negro.

## *Apenas humanos*

A justiça reconstituente como um estilo de vida, um modo de ser, é certamente um processo que leva muito tempo para chegar a se realizar. A jornada de Obama nesta direção, traçada por sua mãe e através de suas experiências de vida como um norte-americano de elite, que apesar de ter um estilo simples é muito mais sofisticado do que a maioria, ainda está só começando e tem um longo caminho pela frente.

Um dos principais desafios a ser trabalhado por Obama é que em alguns momentos, assim como todos os políticos que desejam ascender na carreira, sua ambição pode cegá-lo a ponto de produzir contradições entre seu discurso e seu estilo de vida. Podemos dar de ombros e dizer: “E daí, não somos todos humanos?” Sim, é bem verdade que somos, mas quando um líder político está buscando veicular uma mensagem moral superior, ele deve ser muito cuidadoso para garantir que os valores que prega publicamente sejam reflexos de sua vida pessoal. Caso contrário, é apenas uma questão de tempo até que algum incidente denunciando a discrepância entre suas opiniões públicas e sua vida privada seja trazidos à tona, oferecendo um banquete para a mídia.

Isso foi certamente o que aconteceu na ocasião da controvérsia em torno das supostas observações racistas feitas por Jeremiah Wright, pastor da igreja frequentada por Obama e membro de sua equipe de campanha. Esse incidente, que apesar de ter permitido, ou forçado, Obama a pronunciar aquilo que veio a ser um discurso sobre raça com um tom de justiça reconstituente sem precedentes entre políticos do *mainstream*, ainda assim revelou sua ingenuidade a respeito do tema racial, já que mesmo que ele tenha trabalhado junto à comunidade negra, ele não cresceu entre ela. Sua preocupação em ser aceito pela instituição negra, desejo que o afastou de quem ele realmente é, o fez cometer a falha de convidar seu pastor para integrar formalmente o comitê nacional da campanha.

Obama convidou seu pastor para tornar-se membro do comitê mesmo sabendo que ele tinha um histórico de declarações que poderiam ser interpretadas pela mídia nacional como racistas ou estranhas. Não imaginar que a mídia estaria à espera de uma oportunidade para acusá-lo, ou alguém de sua campanha, de ser militante, racista ou um pouco estranho, seria de uma ingenuidade difícil de atribuir a um político tão perspicaz, considerado por muitos o melhor candidato presidencial que os Estados Unidos já teve nas últimas décadas.

Esse é um erro muito comum entre afro-descendentes que possuem boas conexões mas não estão ligados à comunidade negra, e, portanto, procuram meios para demonstrar que são de fato negros e que possuem o apoio da instituição negra para prová-lo. Em muitas situações, eles acabam sendo manipulados; como no caso da polêmica envolvendo Jeremiah Wright, que usou a visibilidade nacional proporcionada pela campanha de Obama para lançar sua própria agenda política egocêntrica, a despeito das conseqüências que

essa atitude traria para o candidato. Finalmente, Obama respondeu de forma brilhante a essas conseqüências, sem, contudo, deixar de pagar o preço de despertar na sociedade norte-americana dominante o medo traiçoeiro de que até o mais pacato político negro carrega em si uma tendência militante agressiva. Essa acusação pode agora ser dirigida a ele por muitos eleitores que terão resistência em apoiá-lo como candidato a presidência da república norte-americana.

O incidente envolvendo as declarações de Jeremiah Wright demonstrou a ignorância de Obama no que diz respeito a política da igreja negra; liderada por pastores que, independentemente de sua ancestralidade, se consideram profetas e, portanto, impõem sua agenda política egocêntrica assim que a oportunidade se apresenta, sem medir as conseqüências de seus atos sobre o projeto de diversificação das identidades negras e seu importante impacto na política nacional.

Não sabemos por que Obama passou a freqüentar a igreja do reverendo Jeremiah Wright em Chicago – o que foi certamente uma opção pessoal –, mas há quem suspeite que o fato de Wright ter uma força política em Chicago e no resto do país tenha influenciado sua escolha. Afinal de contas, Wright foi o pastor que conferiu o sacramento a Jesse Jackson. O que há de perturbador na figura de Wright é que ele sempre foi o tipo de homem que eventualmente proferia comentários preconceituosos do alto de seu púlpito, quando discorria sobre teorias conspiratórias tais como aquela que trata da epidemia de HIV entre membros da comunidade negra. Obama finalmente se conscientizou disso ao ouvir este tipo de declaração do reverendo, mas durante o seu discurso sobre o tema da raça argumentou que, como todas as pessoas de fé, não concorda com tudo o que o seu pastor diz. Nessa ocasião, deixou claro que, apesar de compreender a perspectiva de Wright sobre o tema da raça nos Estados Unidos, ele considera sua visão datada e obsoleta. Ele rejeitou a mensagem, mas não o mensageiro. Superficialmente, essa declaração soou como uma resposta um tanto humana. Houve quem tenha se levantado em defesa de Wright, alegando que ele agiu como um profeta preocupado com o bem-estar de seu rebanho, uma população que carrega um longa história de opressão, exclusão e marginalização a ela imposta pelos brancos – como se isso autorizasse alguém a proferir considerações racistas e a tramar teorias conspiratórias.

Há quem diga que, mesmo que Obama aprecie Wright como pastor, como guia para Cristo e como a pessoa certa para batizar seus filhos, no momento em que entrou em contato com sua visão racial, há anos atrás, como cristão genuíno ele deveria ter se lembrado das lições de justiça reconstituente que recebeu de sua mãe – uma mulher que não frequentava a igreja – e seguido para uma outra igreja de Chicago; talvez mais modesta e menos grandiosa do que aquela de Wright, onde o cargo de pastor fosse ocupado por alguém que não expressasse o preconceito social que ele passou a vida inteira rejeitando. Em vez disso, Obama preferiu permanecer sentado no banco desta mesma igreja e, como clamam

seus críticos, lá permanecer mesmo após o seu discurso, contradizendo a franqueza que ele diz ter adotado como filosofia de vida. Caso tivesse não apenas condenado a mensagem de Wright, mas também assumido que cometeu um erro ao se associar ao pastor e declarado seu desligamento da igreja, Obama talvez fosse surpreendido com um enorme número de pessoas que apoiariam o seu ato. Entre esse grupo, provavelmente haveria muitos negros e pessoas que não se encontram nos bancos das igrejas, mas que expressam o verdadeiro amor cristão, que buscam formas de vida genuínas e autênticas, e que estariam prontas a apoiar sua decisão de se manter coerente com os valores que defende serem as âncoras do seu ser. Porém, o desejo pessoal de Obama de se tornar um negro em termos tradicionais e receber o apoio da comunidade negra à qual sua esposa está fundamentalmente ligada – ela, que se vangloria do fato de o ter ensinado a ser negro –, um desejo de pertencimento à algo que ele pode estar ligado pela tom de pele mas que não está presente em sua história cultural, acabou por levá-lo a tropeçar nesta defesa do membro de uma instituição negra em decadência, a quem Obama deveria ter condenado, em seguida se desculpado pelo erro, e seguido em frente, mantendo-se coerente com quem ele é e com o que os Estados Unidos deve ser. Qualquer um que suponha que isto que aconteceu com Obama foi inevitável – que há um tipo de discurso público racial que todo negro deve fazer em algum momento –, e que não compreenda que Obama simplesmente exerceu um mau julgamento em função de sua necessidade pessoal de ser aceito por um patrono político negro, ou apenas pela figura paterna negra que ele nunca teve, deveria avaliar outros exemplos de políticos negros desta nova geração que vem alcançando espaço em comunidades e estados de maioria branca; entre eles, Deval Patrick, governador do estado de Massachusetts, que podem etnicamente se autodenominar negros, mas que têm competência interpessoal e egos fortes demais para se tornarem peões do jogo entre negros, brancos e outros.

Contudo, nós, os seres humanos, temos todas as nossas limitações; estamos ainda longe de conseguir nos desembaraçar completamente de nossos egos, de nossas agendas pessoais e de nossas ambições. O que importa é que a emergência do fenômeno Obama, com todas as suas promessas e limitações, simboliza ao menos a possibilidade de que nós, norte-americanos, nos unamos de uma forma inteiramente nova, mesmo que a questão do racismo ainda não esteja completamente resolvida nos Estados Unidos. Na melhor das hipóteses, o fenômeno Obama será um catalisador simbólico para aquilo que o país deverá gradativamente se tornar, a abertura de uma longa e dura estrada cheia de possibilidades maravilhosas de inclusão cultural autêntica; ele é um paradigma microrrevolucionário historicamente excluído e marginalizado na sociedade norte-americana e na cultura hegemônica, desde a era colonial, e que agora encontrou um caminho para nos transformar em pessoas plurais, numa sociedade plural, num mundo plural. Vejamos o vai acontecer.